

GLADSTON
MAMEDE

DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO

Direito Societário:
Sociedades Simples e
Empresárias

9^a

edição

Revista, atualizada
e ampliada

2



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 19.04.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Mamede, Gladston

Direito empresarial brasileiro: direito societário: sociedades simples e empresárias, volume 2 / Gladston Mamede. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-01227-9

1. Direito empresarial – Brasil I. Título.

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito empresarial 34:388.93(81)

04-0033

CDU-34:388.93(81)

Sumário

PARTE GERAL – CONTRATO DE SOCIEDADE	1
1 CONTRATO DE SOCIEDADE.....	3
1 Elementos contratuais	3
2 Sociedades simples e empresárias.....	5
3 Sociedades não personificadas.....	8
4 Sociedade em comum.....	8
4.1 Patrimônio social e responsabilidade dos contratantes	11
5 Sociedade em conta de participação	13
5.1 Posição ostensiva	14
5.2 Constituição.....	16
5.3 Término e liquidação.....	18
2 PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES.....	21
1 Pessoa jurídica.....	21
1.1 Elementos da existência das pessoas jurídicas	23

1.2	Existência e funcionamento lícitos: deveres gerais de conduta societária	25
2	Ato constitutivo	26
3	Autorização para o registro.....	28
3.1	Sociedade nacional	29
3.2	Sociedade estrangeira	31
4	Nulidade absoluta ou relativa do registro.....	33
5	Sócio incapaz	35
6	Sociedade entre cônjuges	37
7	Micro e pequena empresa	38
3	CONTRATO SOCIAL.....	41
1	Sociedades contratuais	41
2	Sociedades de pessoas e sociedades de capital	42
3	Contrato social	44
3.1	Sócios: identificação e qualificação.....	46
3.2	Qualificação da sociedade	46
3.2.1	Nome empresarial	47
3.2.2	Objeto social.....	47
3.2.3	Sede	48
3.2.4	Prazo de duração.....	49
3.3	Capital	50
3.4	Quotas	51
3.5	Realização do capital social.....	52
3.6	Administração e representação	54
3.7	Participação em lucros e perdas	55
3.8	Responsabilidade subsidiária dos sócios.....	56
3.9	Reformabilidade do contrato.....	57
3.10	Extinção.....	57
4	Registro.....	58
4.1	Abertura e fechamento da atividade negocial	59
5	Modificações do contrato social	63
6	Acordo de quotistas	65

4	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.....	68
1	Relações jurídicas sociais.....	68
2	Pessoalidade.....	69
3	Contribuições sociais.....	71
3.1	Contribuição em serviço.....	72
3.2	Responsabilidade pela transferência de bens e créditos.....	73
4	Lucros e perdas.....	74
5	<i>Affectio societatis</i>	75
6	Obrigações contratuais.....	77
7	Conflitos sociais e arbitragem.....	78
5	ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA.....	81
1	Administração.....	81
2	Administração coletiva e conjunta.....	82
2.1	Conflito de interesses.....	84
3	Constituição de administrador.....	85
3.1	Administrador provisório (temporário).....	88
4	Atuação do administrador.....	90
5	Responsabilidade civil.....	92
6	Prestação de contas e fiscalização.....	93
7	Término da administração.....	95
8	Sociedades de grande porte.....	96
6	DISSOLUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA SOCIEDADE.....	100
1	Resolubilidade.....	100
2	Morte de sócio.....	101
2.1	Morte de cônjuge do sócio ou sua separação.....	103
3	Direito de recesso.....	104
3.1	Sociedade contratada por prazo determinado.....	105
3.2	Sociedade contratada por prazo indeterminado.....	106
4	Exclusão do sócio.....	107
4.1	Incapacidade superveniente.....	109
4.2	Falta grave.....	109

xviii	Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário: Sociedades Simples e Empresárias – Vol. 2 • Mamede	
	4.3 Falência do sócio.....	112
	4.4 Penhora da quota.....	112
5	Liquidação de quota	113
	5.1 Responsabilidade residual.....	116
	5.2 Atos do ex-sócio	117
6	Dissolução (total) da sociedade	118
7	Transformação: fundação ou firma individual.....	122
7	LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE.....	124
	1 Procedimentos de dissolução.....	124
	2 Liquidante	125
	3 Atos de liquidação	127
	3.1 Prestação de contas.....	132
	4 Dissolução e liquidação judicial	133
	4.1 Liquidação judicial.....	136
	5 Sonegação de bens	139
8	COLIGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO.....	141
	1 Sociedades coligadas: controle, filiação e mera participação.....	141
	1.1 Participação recíproca.....	143
	2 Transformação	144
	3 Incorporação societária	145
	4 Fusão societária.....	149
	5 Cisão societária	151
	6 Justificação	156
	7 Protocolo.....	157
	8 Efeitos da metamorfose societária	158
	9 <i>Due dilligence</i> (auditoria prévia)	161
9	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	163
	1 Mau uso da personalidade jurídica	163
	1.1 Dolo e fraude	166
	1.2 Desvio de finalidade.....	167
	1.3 Confusão patrimonial	167

2	Relações de consumo.....	168
2.1	Abuso de direito.....	169
2.2	Excesso de poder.....	170
2.3	Infração da lei, fato ou ato ilícito	170
2.4	Má administração	171
2.5	Ressarcimento frustrado	172
3	Relações de trabalho	179
4	Definição da obrigação e do responsabilizado.....	179
4.1	Extensão da obrigação sobre a empresa coligada.....	183
4.2	Situações de fato.....	185
5	Tutela jurisdicional.....	186
6	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	187
7	Prescrição.....	189
	PARTE ESPECIAL I – SOCIEDADES CONTRATUAIS EM ESPÉCIE.....	191
10	SOCIEDADE SIMPLES	193
1	Elemento caracterizador.....	193
2	Tipos de sociedade simples.....	194
3	Ato de constituição	194
4	Relações entre os sócios.....	195
5	Administração.....	196
11	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	198
1	Nome coletivo	198
2	Estrutura.....	199
3	Obrigações sociais	200
4	Administração.....	201
5	Penhorabilidade da quota.....	202
12	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES.....	204
1	Comanditar	204
2	Responsabilidade do sócio.....	205

3	Responsabilidade do ex-sócio	206
4	Contrato social	208
5	Atuação societária	209
6	Morte de sócio	210
7	Unicidade de categorias.....	211
13	SOCIEDADE LIMITADA: ESTRUTURA	212
1	Limite de responsabilidade	212
2	Regime jurídico	213
3	Contrato social	214
4	Quotas	214
4.1	Integralização	215
4.2	Indivisibilidade	216
4.3	Condomínio de quota.....	217
4.4	Cessão de quotas.....	218
4.5	Usufruto de quota	221
4.6	Penhor de quota.....	222
4.7	Penhora de quota	223
5	Sócio remisso	224
6	Capital social.....	225
6.1	Aumento de capital	226
6.2	Redução de capital.....	228
14	SOCIEDADE LIMITADA: FUNCIONAMENTO	230
1	Administração	230
2	Administração da atividade negocial (gerência)	231
3	Tempo de exercício da administração	235
4	Poderes e deveres do administrador.....	237
5	Prestação de contas	238
6	Responsabilidade civil	240
7	Conselho fiscal	241
8	Deliberações sociais.....	242
8.1	Reunião ou assembleia de sócios.....	244

8.2	Convocação	246
8.3	Participação e votação.....	248
9	Dissolução total ou parcial.....	250
9.1	Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários	251
PARTE ESPECIAL II – SOCIEDADES INSTITUCIONAIS (ESTATUTÁRIAS) ...		257
15	INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES POR AÇÕES.....	259
1	Sociedade institucional ou estatutária	259
2	Estatuto social	260
3	Objeto social.....	261
4	Denominação	262
5	Outros elementos qualificadores.....	264
6	Reforma do estatuto	265
7	Escrituração	267
8	Livros sociais	268
8.1	Responsabilidade pela escrituração regular.....	270
9	Publicações	271
16	COMPANHIAS ABERTAS OU FECHADAS.....	273
1	Distinção	273
2	Conselho Monetário Nacional.....	275
3	A Comissão de Valores Mobiliários	275
3.1	Natureza jurídica e administração.....	276
3.2	Competência.....	277
3.3	Poderes.....	279
3.4	Sanções disciplinares	282
4	Negociação no mercado.....	283
4.1	Bolsa de Valores e mercado de balcão.....	285
5	Registro de companhia aberta	286
6	Fechamento de capital.....	287

17	CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	291
1	Ações e suas espécies, classes e formas.....	291
2	Ações ordinárias	294
3	Ações preferenciais.....	296
4	Ações de classe especial	301
5	Ações com vantagens políticas	303
6	Ações de fruição (amortização de ações)	304
6.1	Resgate de ações	304
6.2	Ações resgatáveis	305
7	Forma das ações	306
7.1	Ações escriturais	306
8	Modificação do capital social	307
8.1	Direito de preferência	310
8.2	Redução do capital social	313
18	CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES.....	316
1	Fundação	316
2	Subscrição pública.....	318
3	Assembleia geral dos subscritores	320
4	Subscrição particular.....	323
5	Integralização das ações	324
5.1	Integralização por incorporação de bens	325
5.2	Incorporação de imóveis	327
5.3	Acionista remisso	329
6	Registro.....	332
19	TITULARIDADE E NEGOCIABILIDADE DA AÇÃO	334
1	Cambiaridade.....	334
2	Emissão de ações	335
3	Certificado de ação.....	336
4	Custódia de ações fungíveis	337
5	Negociabilidade	339
5.1	Procuração.....	340

5.2	Negociação de ações pela companhia: resgate, reembolso, amortização e recompra.....	343
6	Direitos de terceiros sobre a ação.....	344
6.1	Penhor de ação.....	345
6.2	Alienação fiduciária em garantia.....	346
6.3	Usufruto.....	346
6.4	Demais cláusulas e ônus.....	348
20	OUTROS TÍTULOS SOCIETÁRIOS.....	349
1	Partes beneficiárias.....	349
1.1	Emissão de partes beneficiárias.....	350
1.2	Convertibilidade em ações.....	352
2	Debêntures.....	353
2.1	Agente fiduciário.....	354
2.2	Emissão de debêntures.....	356
2.3	Espécies e formas.....	359
2.4	Certificado de debêntures.....	362
2.5	Convertibilidade em ações.....	362
2.6	Assembleia de debenturistas.....	363
2.7	Adimplemento.....	364
2.8	Cédula de debêntures.....	365
3	Bônus de subscrição.....	366
4	Notas promissórias.....	367
21	DIREITOS DOS ACIONISTAS.....	369
1	Tipologia.....	369
2	Defesa dos direitos e arbitragem.....	370
3	Voto.....	373
4	Aquisição do direito de voto pelas ações preferenciais.....	373
5	Abuso do direito de voto.....	375
6	Acordo de acionistas.....	378
6.1	Execução.....	382
6.2	Resolução.....	384

7	Direito de retirada	386
7.1	Reembolso	387
8	Exclusão de acionista.....	390
22	ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS.....	393
1	Assembleia geral	393
1.1	Convocação	397
1.2	Funcionamento.....	400
1.3	Assembleia ordinária e prestação de contas.....	402
1.4	Quórum de votação.....	404
2	Órgãos de administração	405
3	Conselho de administração.....	407
4	Diretoria.....	409
5	Deveres dos administradores	412
6	Responsabilidade dos administradores	415
7	Conselho fiscal	419
8	Órgãos técnicos e consultivos	423
9	Sociedade em comandita por ações	424
23	CONTROLE, COLIGAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE	426
1	Controle acionário.....	426
2	Sociedade controladora.....	429
3	Alienação do controle.....	431
4	Oferta pública de aquisição de controle acionário	435
5	Subsidiária integral	437
6	Coligação e participação.....	441
7	Grupo de sociedades	443
8	Consórcio	447
24	RESULTADOS ECONÔMICOS	449
1	Finalidade econômica.....	449
2	Demonstrações periódicas	450
3	Resultados do exercício	453

4	Lucro e reservas.....	455
5	Dividendos	457
5.1	Dividendo obrigatório.....	459
25	DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO	461
1	Dissolução.....	461
2	Dissolução de pleno direito.....	462
3	Dissolução por decisão judicial	464
4	Dissolução por decisão administrativa	466
5	Dissolução parcial	466
6	Liquidação e extinção	469
26	SOCIEDADE COOPERATIVA	472
1	Cooperativismo	472
2	Natureza jurídica.....	473
2.1	Características essenciais	476
2.2	Especialidade.....	482
3	Constituição	483
4	Admissão, eliminação e exclusão de cooperados	485
4.1	Concorrência com a cooperativa	486
5	Assembleia geral	491
6	Órgãos da administração	493
7	Fusão, incorporação e desmembramento.....	495
8	Dissolução e liquidação	496
8.1	Responsabilidade subsidiária pelo passivo não satisfeito	497
	REFERÊNCIAS	500
	ÍNDICE REMISSIVO.....	509



**GLADSTON
MAMEDE**

DIREITO EMPRESARIAL
BRASILEIRO

**FALÊNCIA E
RECUPERAÇÃO
DE EMPRESAS**

9^a
edição
Revista e
Atualizada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 23.10.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Mamede, Gladston

Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas / Gladston Mamede. – 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-85-97-01408-2

1. Brasil. [Lei de falências (2005)].
2. Falência - Brasil.
3. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil.
4. Direito empresarial -Brasil. I. Título.

Sumário

1	INSOLVÊNCIA.....	1
1	O risco de empreender	1
2	Obrigação e solução	3
3	Princípio geral da solvabilidade jurídica.....	4
4	Execução coletiva	7
5	Histórico	8
2	INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA	13
1	Regime jurídico para a insolvência empresarial.....	13
1.1	Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	14
1.2	Instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios e entidades de previdência complementar	14
1.3	Sociedades operadoras de plano de assistência à saúde.....	16
1.4	Sociedade seguradora e sociedade de capitalização	17
1.5	Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores	18
1.6	Exploração de serviços aéreos e infraestrutura aeronáutica..	18
2	Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira.....	19
3	Competência para processamento.....	21
3.1	Principal estabelecimento	25
4	Participação do Ministério Público.....	26

3	DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA....	29
1	Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência	29
1.1	Obrigações a título gratuito	30
1.2	Despesas	32
1.2.1	Justiça gratuita	34
1.3	Pensões alimentícias	35
2	Suspensão da prescrição	35
3	Suspensão de ações e execuções	37
3.1	Demandas por quantias ilíquidas	39
3.2	Reserva de valores	41
3.3	Suspensão na recuperação judicial	42
3.4	Execuções fiscais	44
3.5	Ações sem efeitos patrimoniais econômicos	46
3.6	Ações ainda não ajuizadas	46
3.7	Relações jurídicas posteriores	48
4	Prevenção de jurisdição	48
5	Desconsideração da personalidade jurídica e a <i>vis attractiva</i> do juízo universal	49
4	ADMINISTRADOR JUDICIAL	53
1	Efetivação de atos	53
2	Idoneidade	54
3	Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador	55
4	Pessoa jurídica	56
5	Posse, substituição, destituição e responsabilidade	57
6	Competência	59
6.1	Competência comum à falência e recuperação judicial	59
6.2	Competência específica à recuperação judicial	65
6.3	Competência específica à falência	67
7	Remuneração	77
5	MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES	80
1	Credores no juízo universal	80
2	Assembleia geral de credores	81
2.1	Convocação e instalação	82

2.2	Participação e assistência	83
2.3	Direito de voto	84
2.4	Composição	87
3	Credores minoritários, majoritários e controladores.....	89
4	Comitê de credores.....	90
4.1	Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência.....	92
4.2	Atribuições específicas à recuperação judicial	96
5	Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores.....	98
6	Aceitação de Terceiros interessados	99
6	VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	102
1	Verificação de créditos.....	102
2	Habilitação de créditos	104
3	Impugnação das habilitações	109
3.1	Processamento	111
3.2	Recurso.....	114
3.3	Habilitações tardias.....	115
4	Quadro geral de credores.....	118
5	Retificação do quadro geral de credores	119
7	INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS	122
1	Preservação da empresa	122
2	Possibilidade jurídica	123
3	Legitimidade jurídica	128
3.1	Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados.....	130
3.2	Exceções	135
4	Interesse processual	139
8	PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS	140
1	Petição inicial.....	140
1.1	Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira	141
1.2	Demonstrações contábeis	142
1.2.1	Balanço patrimonial	143
1.2.2	Demonstração de resultados acumulados	143
1.2.3	Demonstração do resultado desde o último exercício ..	144

1.2.4	Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção....	144
1.2.5	Documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares.....	145
1.2.6	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	146
1.3	Relação nominal de credores	147
1.4	Relação nominal de empregados	148
1.5	Documentos do registro no comércio	149
1.6	Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor	149
1.7	Extratos de contas bancárias e aplicações financeiras	151
1.8	Certidões dos cartórios de protestos	152
1.9	Relação de ações judiciais	152
2	Processamento do pedido	153
9	PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO	157
1	Apresentação do plano de recuperação judicial	157
2	Meios de recuperação judicial da empresa	158
2.1	Vedações: proteção a trabalhadores e pensionistas.....	162
3	Procedimento de recuperação judicial.....	164
4	Assembleia geral deliberativa sobre o plano de recuperação	167
4.1	Deliberação e votação	169
4.2	Resultados da deliberação	172
4.3	Certidão negativa de débitos fiscais	174
5	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	175
6	Empresas concessionárias de serviço público	178
6.1	Parceria público-privada	180
10	REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	182
1	Efeitos da recuperação judicial	182
2	Alienação de estabelecimentos	185
2.1	Desoneração dos ativos alienados judicialmente	188
3	Duração da recuperação judicial.....	190
4	Condução da atividade empresária	192
4.1	Condenação penal transitada em julgado.....	194
4.2	Indícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/05.....	195
4.3	Dolo, simulação ou fraude.....	196

4.4	Comportamento incompatível	197
4.4.1	Gastos pessoais manifestamente excessivos	198
4.4.2	Despesas injustificáveis.....	200
4.4.3	Descapitalização injustificada da empresa	203
4.4.4	Simulação ou omissão de créditos.....	205
4.5	Negativa de informações	206
4.6	Previsão no plano recuperatório	206
5	Gestor judicial.....	207
6	Convolução da recuperação judicial em falência.....	210
7	Sentença de encerramento	211
11	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA.....	212
1	Extrajudicialidade	212
2	Requisitos	214
3	Recuperação extrajudicial ordinária	215
4	Recuperação extrajudicial extraordinária.....	216
4.1	Plano de recuperação extrajudicial extraordinária	218
5	Homologação.....	219
12	INTRODUÇÃO À FALÊNCIA	221
1	Disposições gerais	221
2	Processo falimentar.....	222
3	Juízo falimentar	223
4	Estado falimentar.....	225
4.1	Impontualidade	225
4.1.1	Protesto.....	227
4.2	Execução frustrada.....	229
4.3	Atos de falência.....	231
4.3.1	Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento.....	232
4.3.2	Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores....	234
4.3.3	Transferência irregular do estabelecimento	236
4.3.4	Transferência simulada do estabelecimento	238
4.3.5	Dação irregular de garantia real.....	239
4.3.6	Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação....	241
4.3.7	Desrespeito ao plano de recuperação	242

13	PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR	243
1	Legitimidade para a ação falimentar	243
1.1	O próprio devedor	244
1.2	Sucessores <i>causa mortis</i>	244
1.3	Sócio	245
1.4	Credor	246
1.5	Liquidante	247
2	Jurisdição falimentar voluntária	248
3	Jurisdição falimentar contenciosa	252
3.1	Extinção em face de pedido recuperatório	253
3.2	Depósito elisivo	256
3.2.1	Elisão pelo pagamento	257
3.2.2	Elisão pela caução	258
3.3	Contestação	259
4	Revelia	263
14	INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	265
1	Instrução	265
2	Sentença de procedência	266
2.1	Termo legal da falência	268
2.2	Relação nominal de credores	270
2.3	Diligências para salvaguardar os interesses das partes	273
2.4	Registro da falência	274
2.5	Continuação provisória das atividades e lacração dos estabelecimentos	275
3	Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada	278
4	Falência do espólio	279
5	Falência do empresário individual de responsabilidade limitada ..	280
6	Sentença de improcedência e abuso no pedido	281
7	Recursos	284
8	Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização civil	285
8.1	Indisponibilidade de bens	288
15	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS	289
1	Afastamento da atividade	289
1.1	Empresário e administradores	290

1.2	Sócios	292
2	Inabilitação do falido.....	293
2.1	Efeitos e alcance da inabilitação	296
3	Deveres do falido.....	296
3.1	Assinar o termo de comparecimento	298
3.1.1	Causas determinantes da falência	299
3.1.2	Sócios, administradores e atos constitutivos.....	300
3.1.3	Contador	300
3.1.4	Mandatos	301
3.1.5	Bens fora do estabelecimento, participação em outras sociedades e contas bancárias.....	302
3.2	Depositar livros obrigatórios	303
3.3	Não se ausentar.....	303
3.4	Comparecer aos atos da falência	305
3.5	Entregar bens e documentos.....	305
3.6	Prestar informações	308
3.7	Auxiliar o administrador judicial	310
3.8	Examinar habilitações de crédito	312
3.9	Assistir a atos escriturais	312
3.10	Manifestar-se, quando determinado.....	313
3.11	Apresentar relação de credores.....	313
3.12	Examinar contas do administrador judicial	314
16	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES	315
1	Uniformização das obrigações	315
1.1	Vencimento antecipado das dívidas	316
1.2	Conversão monetária	317
1.3	Juros.....	318
2	Contratos	319
2.1	Resolutividade contratada.....	322
2.2	Interpelação pela contraparte.....	324
2.3	Indenização e liquidação	325
2.4	Contratos unilaterais.....	326
3	Compra e venda	326
3.1	Falência do comprador	328
3.2	Venda com reserva de domínio	329

3.3	Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado.....	330
3.4	Promessa de compra e venda de bens imóveis	331
4	Locação.....	335
4.1	Locação contratada após a falência.....	337
5	Acordo para compensação e liquidação de obrigações	338
6	Mandato	338
6.1	Prestação de contas.....	339
7	Contas-correntes	341
8	Obrigações compensáveis	342
9	Concessão de serviço público.....	344
9.1	Parcerias público-privadas	345
17	ARRECADADAÇÃO	347
1	Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos	347
1.1	Lacre do estabelecimento	349
2	Arrecadação de bens	350
2.1	Bens onstritos.....	352
2.2	Condomínio.....	353
2.3	Participações societárias	355
2.4	Relações jurídicas controversas	356
2.5	Expressividade econômica e comercialidade.....	358
2.6	Patrimônio de afetação.....	359
2.7	Outras relações patrimoniais	360
2.8	Empresa individual de responsabilidade limitada	361
3	Arrecadação de documentos.....	361
3.1	Limites.....	365
4	Avaliação	365
4.1	Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação	367
5	Custódia de bens e documentos	368
5.1	Venda antecipada de bens	369
5.2	Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados	371
18	RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS.....	373
1	Restituição de bens	373
2	Restituição em dinheiro.....	375

2.1	Inexistência da coisa ao tempo da restituição	376
2.2	Contrato de câmbio	377
2.3	Valores adiantados em contratos revogados ou ineficazes	380
2.4	Contribuições previdenciárias	382
2.5	Depósitos bancários	383
3	Ação de restituição	387
4	Embargos de terceiro.....	389
5	Ineficácia de atos anteriores à falência	390
5.1	Pagamento antecipado de obrigações	393
5.2	Pagamento alternativo de obrigações	395
5.3	Constituição de direito real de garantia	397
5.4	Atos a título gratuito	398
5.5	Renúncia à herança ou a legado	400
5.6	Trespasse de estabelecimento.....	400
5.7	Registro ou averbação imobiliários após a falência.....	401
5.8	Reembolso de ações	403
6	Ação revocatória	404
7	Aspectos comuns à ineficácia e à revogação	406
19	CRÉDITOS NA FALÊNCIA	409
1	Verificação e habilitação	409
2	Classificação dos créditos	411
2.1	Créditos trabalhistas e acidentários	412
2.1.1	Créditos acidentários.....	413
2.2	Créditos com garantia real.....	415
2.2.1	Créditos trabalhistas com garantia real	416
2.3	Créditos tributários	418
2.4	Créditos com privilégio especial	419
2.5	Créditos com privilégio geral	420
2.6	Créditos quirografários	421
2.7	Multas e penas pecuniárias.....	422
2.8	Créditos subordinados.....	423
2.9	Juros vencidos após a decretação.....	423
2.10	Falido	424
3	Créditos extraconcursais	424

20	REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	427
1	Realização do ativo	427
2	Formas de realização do ativo.....	428
2.1	Escolha da forma de alienação.....	431
2.2	Efeitos da alienação dos ativos.....	433
3	Modalidades de realização do ativo	436
3.1	Modalidades alternativas	438
3.2	Sociedade de propósito específico.....	439
4	Pagamentos	440
4.1	Pagamentos antecipados	442
4.2	Demais pagamentos	443
5	Encerramento da falência.....	446
6	Extinção das obrigações do falido	447
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	451
	ÍNDICE REMISSIVO	455